



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ACÓRDÃO Nº 612/2013

(13.6.2013)

**REC. CONTRA EXP. DE DIPLOMA Nº 183-57.2012.6.05.0048 - CL. 29
JUAZEIRO**

RECORRENTES: Glêdson Costa Neves e Coligação JUNTOS PARA ACELERAR JUAZEIRO. Advs.: Márcio Jandir Silva Soares, Fabrício de Castro Oliveira, José Manoel Viana de Castro Neto e outros.

RECORRIDO: Fábio Luiz de Oliveira Silva. Advs.: Aléxis Flávio de Oliveira Evangelista, Carlos Luciano de Brito Santana e outros.

PROCEDÊNCIA: Juízo Eleitoral da 48ª Zona.

RELATOR: Juiz Roberto Maynard Frank.

Recurso contra expedição de diploma. Alegação de vício na diplomação do recorrido, em razão da suposta inconstitucionalidade do artigo 16-A da Lei nº 9.504/97. Não cabimento. Extinção do processo sem resolução do mérito.

Preliminar de falta de interesse de agir

Acolhe-se a preliminar, para extinguir o processo sem julgamento do mérito, com fulcro no artigo 267, VI do CPC, quando a interposição do recurso se dá sob o fundamento de vício na diplomação do recorrido, em razão da suposta inconstitucionalidade do artigo 16-A da Lei nº 9.504/97, hipótese não prevista no artigo 262 do Código Eleitoral.

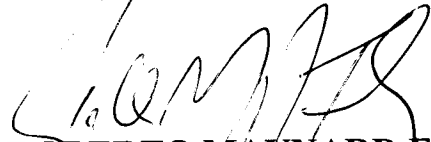
Vistos, relatados e discutidos os autos acima indicados,

ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, à unanimidade, **ACOLHER A PRELIMINAR PARA EXTINGUIR O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO**, nos termos do voto do Juiz Relator, adiante lavrado, que passa a integrar o presente acórdão.

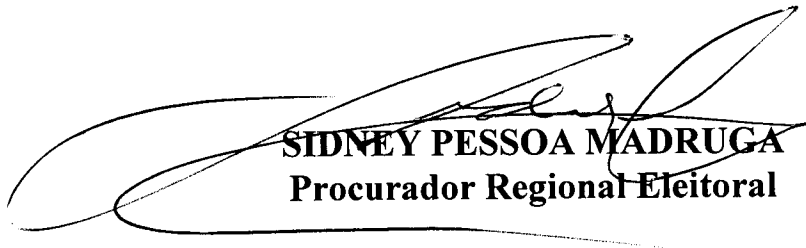
Sala das Sessões do TRE da Bahia, em 13 de junho de 2013.


SARA SILVA DE BRITO
Juíza-Presidente

REC. CONTRA EXP. DE DIPLOMA Nº 183-57.2012.6.05.0048 – CL. 29
JUAZEIRO



ROBERTO MAYNARD FRANK
Juiz Relator



SIDNEY PESSOA MADRUGA
Procurador Regional Eleitoral

RELATÓRIO

Trata-se de recurso contra expedição de diploma interposto por Glêdson Costa Neves e Coligação JUNTOS PARA ACELERAR JUAZEIRO, em desfavor de Fábio Luiz de Oliveira Silva, vereador eleito do Município de Juazeiro, com fulcro na suposta inconstitucionalidade do artigo 16-A, da Lei nº 9.504/97, o que teria ensejado vício na contagem dos votos.

Argumenta que a contagem dos votos para a legenda, conforme a regra do §4º do artigo 175 do Código Eleitoral dá-se quando o candidato, até a data da eleição, tiver a seu favor uma decisão, mesmo que *sub judice*, que lhe defira o registro e, posteriormente, essa decisão seja reformada, negando-se o registro.

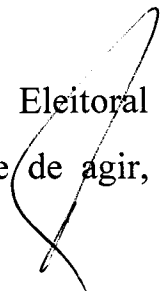
Requer que os votos atribuídos aos candidatos Adna Alves de Souza Bezerra, Robson Vieira Pereira e Wanderwill de Souza Hirt, sejam computados para a coligação concorrente, declarando eleito, diplomando e empossando o recorrente Glêdson Costa Neves.

Em contrarrazões, o recorrido (fls. 22/29) suscitou preliminar de ausência de interesse de agir.

No mérito, alega que a pretensão recursal não merece acolhida, uma vez que os registros de candidatura dos candidatos apontados na exordial teriam sido indeferidos muito antes da realização do pleito. Afirma que o ato de diplomação que proclamou o recorrido como vereador não possui qualquer eiva de irregularidade.

Ao final, pugna pelo desprovimento do recurso.

Com vista dos autos, a Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pelo acolhimento da preliminar de falta de interesse de agir,



REC. CONTRA EXP. DE DIPLOMA Nº 183-57.2012.6.05.0048 – CL. 29
JUAZEIRO

opinando pela extinção do feito ~~sem~~ resolução do mérito, nos termos do artigo 267, VI do CPC.

É o relatório.



REC. CONTRA EXP. DE DIPLOMA Nº 183-57.2012.6.05.0048 – CL. 29
JUAZEIRO

V O T O

PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR.

O cabimento do recurso contra expedição de diploma encontra-se taxativamente previsto no artigo 262 do Código Eleitoral, *in verbis*:

Art. 262. O recurso contra expedição de diploma caberá somente nos seguintes casos:

I - inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato;

II - errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional;

III - erro de direito ou de fato na apuração final, quanto à determinação do quociente eleitoral ou partidário, contagem de votos e classificação de candidato, ou a sua contemplação sob determinada legenda;

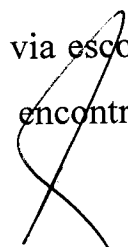
IV - concessão ou denegação do diploma em manifesta contradição com a prova dos autos, nas hipóteses do art. 222 desta Lei, e do art. 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

No caso sob análise, a interposição deu-se com fundamento na suposta inconstitucionalidade do artigo 16-A da Lei nº 9.504/97.

De logo, cumpre ressaltar que o controle difuso de constitucionalidade admitido no ordenamento jurídico pátrio, incidentalmente, perante os tribunais, é de ser realizado *in concreto*.

Da forma como delineada a questão, entretanto, ressaí a intenção de se vergastar norma em tese, uma vez que ofertados argumentos relativos ao confronto geral e abstrato do ato normativo em relação à Constituição Federal.

Demais disso, a suposta irregularidade na diplomação do recorrido, decorrente da alegada inconstitucionalidade do referido artigo 16-A da Lei nº 9.504/97 não é passível de ser examinada por meio da via escolhida, tendo em vista que as hipóteses de cabimento do RCED encontram-se



REC. CONTRA EXP. DE DIPLOMA Nº 183-57.2012.6.05.0048 – CL. 29
JUAZEIRO

taxativamente previstas no artigo 262 do Código Eleitoral, sem que nelas esteja elencada a argumentação expendida na peça inaugural, pelo que resta obstaculizado o conhecimento dessa ação com fulcro em tal fundamento.

Diante do exposto, em harmonia com o opinativo ministerial, voto pelo acolhimento da preambular, para extinguir o feito, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, inciso VI do CPC.

É como voto.

Sala das Sessões do TRE da Bahia, em 13 de junho de 2013.



Roberto Maynard Frank
Juiz Relator